



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DINÂMICAS DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA ZONA COSTEIRA
PAULISTA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Roberto Luiz do Carmo (IFCH/NEPO/UNICAMP) - roberto@nepo.unicamp.br
Professor do Departamento de Demografia (IFCH/UNICAMP), pesquisador (NEPO/UNICAMP)

César Augusto Marques da Silva (IFCH/NEPO/UNICAMP) - cesar@nepo.unicamp.br
Doutorando em Demografia

Zoraide Amarante I. Miranda (NEPO/UNICAMP) - zoraide@nepo.unicamp.br
Doutora em Economia Urbana e Regional, Pós Doutorado em Economia do Meio Ambiente

Dinâmicas Demográfica e Econômica dos Municípios da Zona Costeira Paulista e as Mudanças Climáticasⁱ

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar e discutir os principais aspectos recentes da dinâmica socioeconômica da região costeira do Estado de São Paulo, tendo como pano de fundo as possíveis decorrências das mudanças climáticas. São focalizados especialmente os processos de crescimento populacional, urbanização, construindo uma caracterização sociodemográfica e econômica dos 16 municípios que configuram a zona costeira paulista. A hipótese que norteia esse trabalho é de que vem ocorrendo mudanças nas atividades econômicas regionais, especialmente na sua porção central e norte, o que tem atraído migrantes com um perfil populacional diferenciado daquele relacionado ao turismo de veraneio. É possível identificar um processo em curso de consolidação de áreas urbanas diminuindo o espaço para os domicílios de uso ocasional e, portanto, promovendo uma diferenciação do tecido urbano. O crescimento econômico da atual década, associado aos investimentos públicos e privados, vem promovendo a ampliação do mercado de trabalho regional, relacionado não só mais concentradamente na ampliação do turismo, mas também de outras atividades econômicas.

Introdução

A ocupação da zona costeira do Estado de São Paulo por grupos populacionais data de cerca de 8 mil anos (CALIPPO, 2004; LÖFGREN, 1893). Ao longo desse extenso período aconteceram mudanças ambientais importantes, com os quais os grupos humanos tiveram que lidar, adaptando-se às novas situações. No período contemporâneo vislumbra-se que os impactos das mudanças climáticas podem acentuar os perigos decorrentes dos eventos extremos (como tempestades, secas, ressacas marítimas, ondas de calor, dentre outros), acelerando os processos de mudanças ambientais globais. As áreas costeiras estão entre aquelas mais sujeitas a esses riscos, tendo em vista as formas historicamente assumidas pela ocupação humana e sua inserção em uma área marcada pela dinâmica terra-mar.

O objetivo deste trabalho é discutir os principais aspectos recentes da dinâmica socioeconômica e ambiental dos municípios costeiros do Estado de São Paulo, e as possíveis decorrências das mudanças climáticas para a configuração de novas vulnerabilidades sociais e de necessidades de adaptação. Serão focalizados especialmente os processos de crescimento populacional e urbanização, além da caracterização sociodemográfica e econômica dos municípios.

A hipótese desse trabalho é de que vem ocorrendo mudanças nas atividades econômicas regional que tem atraído outro perfil populacional que não somente o turista de veraneio e as pessoas que trabalham nessa atividade, com implicações para as questões relacionadas à vulnerabilidade social e ambiental desse ecossistema originalmente frágil.

Ao todo são analisados neste trabalho os dezesseis municípios dessa área no estado de São Paulo, considerando três setores do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei n.º 10.019, 1998, Estado de São Paulo): Litoral Norte, Baixada Santista e Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia. Apesar de sua importância para o equilíbrio ecológico deste último setor, não foi considerado neste trabalho o setor Vale do Ribeira. Assim, quando nos referirmos ao zona costeira de São Paulo, estaremos nos referindo a este conjunto de dezesseis municípios. Salienta-se que esta é uma regionalização possível, dentre várias outras que são utilizadas para abordar a zona costeira, especialmente quando se considera questões de planejamento, quando é importante o estabelecimento de áreas de influência.

Antes de entrar na especificidade desses municípios da zona costeira é importante apresentar alguns elementos básicos da dinâmica demográfica brasileira em termos gerais, e como esses elementos estão caracterizados no momento atual.

O Brasil já se encontra em uma fase adiantada da transição demográfica. Ou seja, as taxas de natalidade e mortalidade foram reduzidas de maneira significativa, e nas próximas décadas a população brasileira deverá atingir um volume populacional máximo de cerca de 206 milhões de habitantes no ano 2030, tendendo a diminuir o volume populacional na década seguinte (CAMARANO e KANSO, 2009). Um dos aspectos decorrentes da diminuição acentuada da fecundidade em alguns países tem sido o envelhecimento demográfico. Ou seja, uma proporção menor de nascimentos diminui o peso relativo do grupo etário jovem, o que implica em um aumento do peso proporcional dos idosos, potencializado pelo aumento da expectativa de vida. Dalton et al (2006), em um estudo que cria cenários futuros de crescimento populacional e emissão de CO₂, chegaram à conclusão que o envelhecimento da população dos Estados Unidos pode levar a uma redução das emissões desse gás em 40% até o final do Século XXI. O pressuposto desse trabalho é que os domicílios com população mais idosa possuem um padrão de consumo menor do que os domicílios habitados por jovens. Aplicando este princípio ao caso brasileiro, a mudança na estrutura etária que vai marcar o país nas próximas décadas também pode ter efeito semelhante.

No caso dos municípios costeiros de São Paulo também prevalecem essas tendências de redução da fecundidade e da mortalidade. Isso significa dizer que, em grande parte, o responsável pelo crescimento e pela redistribuição espacial da população na região nas próximas décadas será a migração. As tendências de conurbação devem se acentuar, ampliando a importância da mobilidade espacial para um conjunto maior de municípios. Ao mesmo tempo, com a dinâmica dos investimentos econômicos previstos, serão fortalecidos eixos de ocupação até então secundários.

Apresenta-se a seguir uma discussão sobre esses processos.

Crescimento populacional dos municípios costeiros

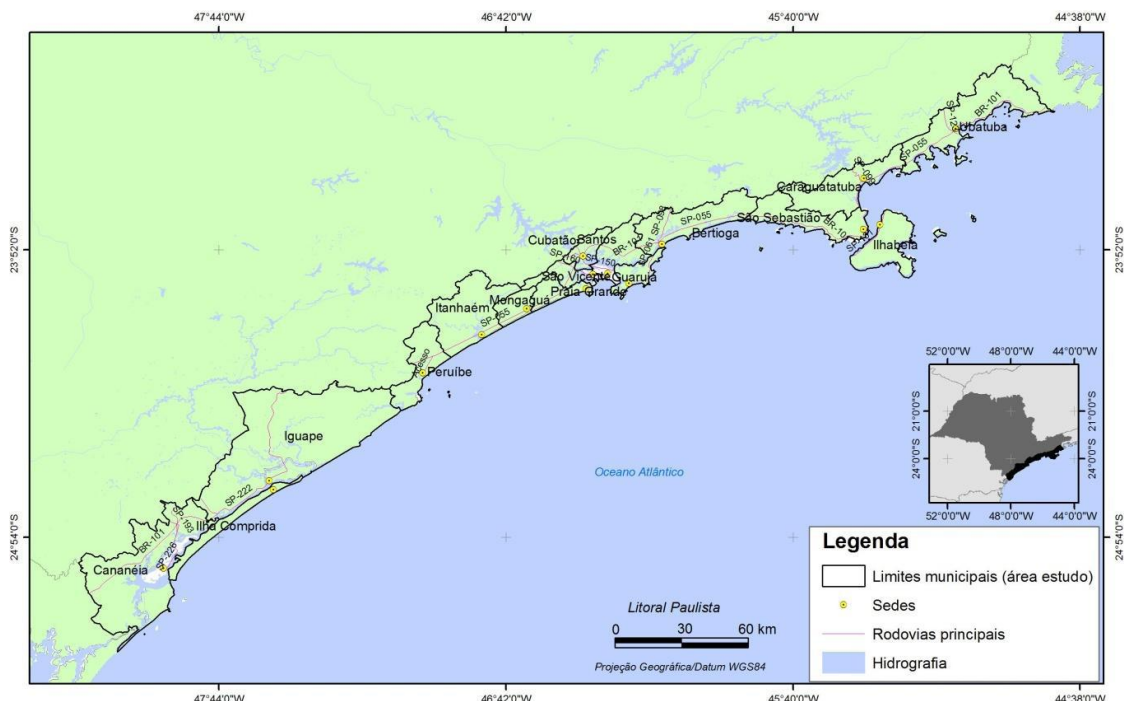
A zona costeira de São Paulo possui um longo histórico de ocupação. Antes da chegada dos colonizadores portugueses, populações de diversas etnias indígenas habitaram essa região, deixando os *sambaquis* como testemunhos de sua ocupaçãoⁱⁱ. No Mapa 1 segue a localização desses municípios no Estado de São Paulo.

A abordagem que realizamos aqui se refere ao período entre 1970 e 2010, quando ocorreram significativas mudanças no país e na região. Nesse período aconteceram dois desmembramentos municipais: Bertioga, desmembrado de Santos em 1991, e Ilha Comprida, desmembrada de Iguape e Cananéia, também em 1991.

A dinâmica social e econômica desses municípios foi marcada no período recente por importantes mudanças, dentre as quais se destaca a intensificação da relação entre a

costa e a Região Metropolitana de São Paulo, o que dinamizou a região de Santos, configurando a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Mapa 1. Localização dos municípios no Estado de São Paulo.



Formalmente criada em 1996 pela Lei Complementar Estadual nº 815, de certa forma ratificou uma sub-divisão dos municípios litorâneos de São Paulo em três grupos: Litoral Norte (Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela), Região Metropolitana da Baixada Santista (Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe) e Litoral Sul (Iguape, Ilha Comprida e Cananéia).

A Tabela 1 apresenta a evolução da população total desses municípios e de suas sub-regiões, tendo como referência os números do estado de São Paulo e do Brasil. Evidencia-se que o crescimento populacional como um todo foi bastante significativo, passando de 726 mil para quase 2 milhões de habitantes no período de 1970 a 2010. O maior volume populacional encontra-se na Região Metropolitana da Baixada Santista, que possuía 1,66 milhão de habitantes em 2010.

Destaca-se o município de Santos, o mais populoso da costa paulista, com cerca de 420 mil habitantes. As características do solo que dificultam a construção civil, além da inexistência de área disponível, explicam esse estancamento do crescimento populacional. Entretanto, nos últimos anos surgiram grandes empreendimentos imobiliários, com edificações de mais de 30 pavimentos, o que ainda não existia no município. Tais mudanças refletem a perspectiva de crescimento econômico previsto para a região, em função da descoberta das novas áreas petrolíferas. A expectativa local é de que funcionários de mais alta renda residam em Santos, tendo em vista a infra-

estrutura de comércio e serviços já disponível. O Porto de Santos tem um papel de elemento estruturador que historicamente foi fundamental para a configuração do espaço urbano e para o crescimento do município (SOUZA, 2006). As atividades relacionadas ao transporte de produtos petrolíferos foram responsáveis pela duplicação da tonelagem movimentada pelo porto nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, nas décadas recentes, as transformações tecnológicas e processuais explicam as alterações mais significativas na demanda por mão-de-obra na atividade portuária.

A dinâmica de Santos, com baixa disponibilidade de terras a serem ocupadas, e decorrente alto custo da moradia, foi um dos elementos propulsores do crescimento populacional nos municípios vizinhos, gerando uma dinâmica metropolitana no seu entorno (SANTOS, 2008). Essa dinâmica foi marcada por fatores como a expansão econômica e populacional da Região Metropolitana de São Paulo, que aporta um volume significativo de população flutuante em busca das amenidades das praias, além do desenvolvimento do pólo industrial de Cubatão, que também implicou em crescimento populacional e mobilidade populacional. Assim, entre 1970 e 2010, cidades como São Vicente (332 mil habitantes) e Guarujá (290 mil habitantes) praticamente triplicaram suas populações, enquanto Cubatão dobrou sua população, passando de 50 para 108 mil habitantes no período.

É possível ressaltar e reavaliar as dinâmicas regionais de crescimento também. Considerando a divisão regional em três áreas (Sul, Baixada Santista e Norte), o maior crescimento ocorre no Litoral Norte, principalmente nos municípios de São Sebastião, Ilha Bela e Caraguatatuba, embora seja necessário considerar que em todas as regiões as taxas de crescimento diminuíram. Mesmo assim, considerando os resultados da contagem populacional de 2007 e do censo demográfico de 2010, Caraguatatuba passou de 88 mil para mais de 100 mil habitantes em apenas 3 anos, em um claro indicativo do vigor ainda existente no seu crescimento populacional.

Já na Baixada Santista o crescimento é significativamente menor, mas não homogêneo. Os municípios centrais, Santos, São Vicente e Guarujá, maiores em termos populacionais, crescem já a ritmos menores que 1% ao ano. Entretanto, Praia Grande e Mongaguá, ao sul, e Bertioga ao norte, cresceram a taxas superiores ou próximas a 3% ao ano. Entretanto, em Bertioga o fator turístico exerce um peso maior, e inclusive pela distância aos principais centros regionais, prepondera em relação a outros elementos.

Destaca-se que o crescimento populacional acontece em sua quase totalidade nas áreas definidas como urbanas. Em 2010 mais de 99% da população da zona costeira residia em cidades, sendo que no Litoral Sul está a maior concentração de população rural.

Tabela 1. Crescimento da população na zona costeira paulista. 1970-2010.

Unidades territoriais	População total nos anos					
	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Ubatuba	15.203	27.139	47.398	66.861	75.008	78.870
Caraguatatuba	15.073	33.802	52.878	78.921	88.815	100.899
Ilhabela	5.707	7.800	13.538	20.836	23.886	28.176
São Sebastião	12.016	18.997	33.890	58.038	67.348	73.833
Litoral Norte	47.999	87.738	147.704	224.656	255.057	281.778
Bertioga	-	-	-	30.039	39.091	47.572
Guarujá	94.021	151.120	210.207	264.812	296.150	290.607
Santos	345.630	416.677	428.923	417.983	418.288	419.757
Cubatão	50.906	78.631	91.136	108.309	120.271	118.797
São Vicente	116.485	193.008	268.618	303.551	323.599	332.424
Praia Grande	19.694	66.004	123.492	193.582	233.806	260.769
Itanhaém	14.515	27.464	46.074	71.995	80.778	87.053
Mongaguá	5.213	9.928	19.026	35.098	40.423	46.310
Peruíbe	6.966	18.411	32.773	51.451	54.457	59.793
Baixada Santista	653.430	961.243	1.220.249	1.476.820	1.606.863	1.663.082
Iguape	19.211	23.363	27.937	27.427	28.977	28.844
Ilha Comprida	-	-	-	6.704	8.875	9.027
Cananéia	6.080	7.734	10.144	12.298	12.039	12.226
Litoral Sul	25.291	31.097	38.081	46.429	49.891	50.097
Total Litoral de São Paulo	726.720	1.080.078	1.406.034	1.747.905	1.911.811	1.994.957
Estado de São Paulo	17.770.975	25.042.074	31.588.925	37.032.403	39.827.570	41.252.160
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	183.987.291	190.732.694

Fonte: SIDRA IBGE. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Dinâmica migratória

A dinâmica migratória é uma das dimensões fundamentais da dinâmica demográfica e da redistribuição espacial da população, e portanto, essencial na relação população-ambiente. No contexto das ciências do século XIX, Ravenstein (1980) denota que a migração é um fenômeno social, coercitivo aos membros da sociedade, expresso em leis. Dentre essas se destaca a busca da melhora econômica, que leva à migração, e a causalidade da demanda por mão de obra, que gera a migração. Segundo ele: *“se aludirmos um tanto pretensiosamente às “leis da migração”, estaremos apenas tratando do modo pelo qual a falta de braços existentes em certas partes do País é suprida por outras partes onde a população é abundante.”* (RAVENSTEIN, 1980, P. 64). Nesse ponto é interessante que o termo “população flutuante” é utilizado desde então para designar populações vinculadas temporariamente a algumas localidades.

Já Lee (1980), quase um século após a publicação de Ravenstein, considera o ato migratório como todo o deslocamento que implique em mudança de residência, necessariamente. Sua perspectiva é de que há uma decisão racional ou semi-racional do indivíduo em migrar, baseados em fatores associados ao local de origem, ao local de destino, as dificuldades no movimento da migração (obstáculos intervenientes) e os fatores pessoais. Nesse sentido, o cálculo para a migração é fundamental.

No contexto latino-americano, Singer (1980) rompe e refuta essa perspectiva, discutindo as relações entre indivíduo-migração e espaço-mercado. Coloca que a migração é um processo social historicamente condicionado, no qual estão os reais sentidos dos fluxos migratórios. Quem migra não são as pessoas, mas sim grupos sociais, que são afetados pelas condições específicas da configuração entre estrutura econômica, industrialização e arranjos institucionais, criadores de um contexto histórico particular que levam a redistribuição espacial da população. Busca-se entender como os fluxos entre áreas de mudança e estagnação, e não entre áreas de origem e destino, são relativos aos diferentes estágio de desenvolvimento no espaço. Nessa perspectiva a constituição do espaço e das desigualdades espaciais é vista em uma processualidade, da qual os movimentos migratórios fazem parte. Aponta-se que populações em áreas desfavorecidas, com o empobrecimento relativo, seriam influenciadas a migrar ou pelos fatores de mudança (com inserção de novas realidades nas relações de produção) ou por fatores de estagnação (que elevam a pressão populacional em áreas pouco produtivas).

Dadas tais discussões, podemos notar que a análise contemporânea dos processos migratórios em geral, e dos que ocorrem na região aqui estudada, devem

avançar e incorporar elementos que se referem a uma série de modalidades de deslocamentos. Na zona costeira paulista, migrantes se estabelecem em locais que se dinamizaram economicamente, tanto no passado como atualmente, como em Cubatão e Caraguatatuba. Porém, a migração para tais locais também ocorre em função de suas características balneárias. Embora não vivam efetivamente nesses locais, pessoas estabelecem residências e demandam uma variada gama de serviços, além de criar uma urbanização de espaços densos, mas nem sempre habitados. Nesse sentido é importante observar que são diferentes grupos sociais que formam as “populações flutuantes”. Bairros de classes mais ricas ocupam as concorridas orlas, desde Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião (principalmente no distrito de Maresias), Caraguatatuba (como no condomínio Costa Verde, de casas milionárias ligadas diretamente ao mar), Bertioga, até as já consolidadas orlas do Guarujá e se direcionando também ao litoral sulⁱⁱⁱ. Por outro lado, é possível encontrar imóveis para a temporada afastados da orla, mais acessíveis e em locais menos conhecidos, e também uma série de vilas de associações de férias de sindicatos e industriais.

Como os resultados do censo demográfico de 2010 ainda são preliminares, os dados recentes acerca da migração são de 2000. Considerando a matriz migratória (Tabela 2), que indica como os municípios litorâneos realizam as trocas migratórias entre si, percebemos que os municípios com maior absorção de pessoas são Mongágua, Praia Grande, Bertioga, Caraguatatuba, Ilha Bela e São Vicente. Tais números possivelmente seguiram essa tendência para o período 2005-2010, coberto pelo próximo censo. Os municípios do norte da costa paulista devem apresentar saldos migratórios mais positivos, principalmente Caraguatatuba.

Em termos mais específicos, notamos que os movimentos de curta distância predominaram, com movimentos mais intensos entre municípios vizinhos. Os imigrantes de Bertioga se deslocaram basicamente de Guarujá e Santos; em Caraguatatuba, a maioria tinha origem em Ubatuba e São Sebastião, dos migrantes em Cubatão e no Guarujá, a maioria saiu de Santos e São Vicente; Praia Grande foi altamente atrativo, principalmente em relação a Santos e São Vicente, mas também com Guarujá e Cubatão, com um saldo migratório de aproximadamente 10.000 pessoas em relação aos outros municípios; Santos foi expulsora, com saldo negativo de aproximadamente 18.000 pessoas, o que contribuiu significativamente para sua perda populacional total entre 1991-2000, de 12.000 pessoas; e, por fim, São Vicente teve trocas intensas, com um saldo migratório positivo de cerca de 5.000 pessoas.

Na Tabela 3 é possível verificar, tendo como referência o ano de 2000, a porcentagem de todas as pessoas que moravam em outro município 5 anos antes, em 1995, observando os migrantes de qualquer outro município. Em Bertioga, mais de

40% da população em 2000 era composta de imigrantes, dos quais 87% se deslocaram de áreas urbanas. Em Ilhabela esse percentual de migrantes não foi tão alto, e seria necessário recorrer aos dados de 2010 para resultados mais apurados, já que o município cresceu intensamente na última década. O mesmo possivelmente ocorre em Caraguatatuba, que possui taxas de crescimento ainda elevadas no período mais recente (2007/2010) em relação ao período anterior (2000/2007). Na Baixada Santista destaca-se o crescimento de Mongaguá e Praia Grande, municípios ao sul de Santos que possuem uma considerável porcentagem de migrantes em sua população.

Encarando os processos migratórios que podem ser vislumbrados na análise acima, reforçamos a ideia de que a costa é uma região que pode ser encarada em sub-divisões. No Norte, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Bertioga. Esse último, embora pertencente a Baixada Santista, está mais próximo a dinâmica balneária de São Sebastião e tem atraído mais migrantes do que os municípios a que está mais próximo na Baixada Santista, como Guarujá e Santos. Na região da Baixada Santista, um centro com menor crescimento, incluindo Guarujá, Santos, Cubatão e São Vicente. No sul da Baixada Santista, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Já no sul da costa, os municípios de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida não possuem características relativamente homogêneas, e desses, Ilha Comprida tem apresentado um crescimento relativo grande, embora ainda em 2010 não tenha alcançado 10.000 habitantes.

Nessa visão mais ampliada do fenômeno, vislumbrada na Tabela 3, é interessante notar que a porcentagem de migrantes que vivem nas cidades costeiras paulistas é alta, e grande parte desses não se encontrava anteriormente na costa, ao menos na paulista. Assim, se Bertioga, por exemplo, não apresenta resultados expressivos em sua matriz migratória, todos os que migraram no período considerado formam 40% da população.

Tais resultados são importantes para o nosso propósito pois indicam que, em termos de vulnerabilidade, a alta concentração de migrantes é um indício de que grandes grupos populacionais são novos nesse espaço, não só nos desses municípios, mas como em municípios costeiros como um todo. A vivência desses grupos nesses locais é menor do que a dos nativos, e ao lidar com situações ambientais que são novas em termos globais, a existência local e antiga de riscos ambientais que estão em processo de mudança pode ser também um indicativo de dificuldades na capacidade adaptativa em relação aos riscos ambientais, favorecendo situações de vulnerabilidade.

Tabela 2. Matriz migratória intermunicipal.

Município de residência em 2000	Município de residência em 1995															
	Bertioga	Cananéia	Caraguatatuba	Cubatão	Guarujá	Iguape	Ilha Comprida	Ilhabela	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Sebastião	São Vicente	Ubatuba
Bertioga	-	0	24	10	649	0	0	0	0	0	0	34	329	52	0	0
Cananéia	13	-	0	0	20	12	0	0	0	0	4	16	42	0	19	22
Caraguatatuba	13	0	-	0	51	13	57	0	0	0	0	62	99	598	16	356
Cubatão	14	0	0	-	93	0	0	0	0	0	38	250	1209	24	722	10
Guarujá	59	0	150	162	-	17	0	0	52	14	48	404	3233	106	652	35
Iguape	0	44	0	0	0	-	0	32	13	32	0	0	16	8	104	0
Ilha Comprida	0	0	45	0	47	0	-	0	0	0	4	0	121	133	41	5
Ilhabela	0	58	0	0	0	249	0	-	0	16	0	0	7	0	0	0
Itanhaém	0	0	0	26	290	122	0	23	-	178	267	447	642	5	414	16
Mongaguá	20	0	0	162	115	11	0	0	141	-	159	472	354	0	493	14
Peruíbe	9	0	0	55	191	40	0	0	335	61	-	350	437	0	391	9
Praia Grande	0	0	74	961	808	78	0	0	109	241	80	-	5672	21	5895	42
Santos	114	0	9	1153	1829	59	7	0	77	53	231	751	-	104	4155	0
São Sebastião	31	0	552	0	142	26	207	0	0	43	34	72	367	-	174	23
São Vicente	0	22	17	1212	998	24	0	0	112	82	148	1448	13884	86	-	0
Ubatuba	30	0	205	0	49	0	0	0	9	0	0	7	87	6	28	-
Total de imigrantes	303	124	1076	3741	5282	651	271	55	848	720	1013	4313	26499	1143	13104	532

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000. Dados da amostra. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 3. Zona ou área de residência no município de residência atual ou em outro município em 31/07/1995.

	Não Migrante – Nascidos no Município	Migrantes – Não nascidos no município								
		Neste Município, na Zona Urbana		Neste Município, na Zona Rural		Em outro Município, na Zona Urbana		Em outro Município, na Zona Rural		Em o
		Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Bertioga (SP)	8401	11415	52,75	365	1,69	7863	36,34	1139	5,26	77
Cananéia (SP)	8126	2603	62,39	435	10,43	889	21,31	83	1,99	19
Caraguatatuba (SP)	31364	31730	66,72	1154	2,43	12127	25,50	1493	3,14	46
Cubatão (SP)	52072	45535	80,97	249	0,44	7427	13,21	2247	4,00	27
Guarujá (SP)	134062	104102	79,62	199	0,15	19739	15,10	4959	3,79	114
Iguape (SP)	18520	4172	46,84	1865	20,94	2342	26,30	240	2,69	9
Ilhabela (SP)	9684	7235	64,87	54	0,48	2961	26,55	673	6,03	17
Ilha Comprida (SP)	1606	2751	53,97	21	0,41	2206	43,28	0	0,00	0
Itanhaém	24297	29486	61,82	592	1,24	14908	31,26	1375	2,88	29
Mongaguá	9221	13368	51,66	314	1,21	10543	40,74	998	3,86	0
Peruíbe	17656	20146	59,61	1098	3,25	10445	30,91	1242	3,67	52
Praia Grande	51196	91744	64,43	126	0,09	46624	32,74	0	0,00	91
Santos	236290	147068	80,94	870	0,48	28001	15,41	3410	1,88	547
São Sebastião	20966	24046	64,86	279	0,75	9862	26,60	1865	5,03	64
São Vicente	137559	128173	77,22	323	0,19	31600	19,04	3033	1,83	240
Ubatuba	31993	24181	69,35	948	2,72	7471	21,43	1354	3,88	83
Total	793013	687755	72,02	8892	0,93	215008	22,52	24111	2,52	1415

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000. Dados da amostra. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

População, economia e rede urbana do litoral paulista

Muitos estudos apontam para as raízes históricas da rede urbana paulista densa e diversificada, ligada a formação do complexo cafeeiro em bases capitalistas que começa a se configurar no Século XIX. Os recentes fenômenos de globalização tem tido impactos na recomposição, rearticulação e fragmentação desse tecido urbano, estruturando redes de relações e interações funcionais entre diferentes centros urbanos (IPEA, 2000).

É forte e antiga a polaridade exercida pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Santos, sobre um vasto território que chega a extrapolar o próprio Estado de São Paulo. Nesse sentido, para a Região Metropolitana da Baixada Santista, os estudos da rede urbana identificaram ainda nas décadas de 1980 e 90, o aumento do papel de cidades-dormitório do distrito de Vicente de Carvalho no Guarujá, bem como dos municípios de São Vicente e Praia Grande, abrigando pessoas que trabalham em Santos, Cubatão, e mesmo na Região Metropolitana de São Paulo (SÃO PAULO, 2010).

As pesquisas de campo realizadas em 2010 indicaram um movimento recente de procura por imóveis em Caraguatatuba e São Sebastião, no litoral norte, para pessoas que estão indo trabalhar na implantação de estruturas regionais ligadas ao petróleo e gás e ao sistema portuário. Outros fatores de atração regional são a implantação recente de escolas técnicas públicas, faculdades particulares, um Centro de Detenção Provisória pertencente ao sistema estadual prisional, e a Unidade de Tratamento de Gás da Petrobras – UTGCA (MIRANDA, 2010). Os dados preliminares do Censo de 2010, quando comparados com 2000, mostram que essas duas cidades bem como Ilhabela (2,49, 2,44, e 3,06% a.a., respectivamente), tiveram taxas de crescimento populacional acima do litoral (1,33%a.a.) e do estado (1,08%a.a.).

Os maiores empreendimentos econômicos ainda estão concentrados na região de Santos, com destaque para o porto e o pólo petroquímico, especialmente a partir das décadas de 1940 e 1950. A implantação da Refinaria Presidente Bernardes na década de 1950 atraiu várias indústrias para Cubatão: primeiro as químicas Alba Química, Copebrás, Companhia Brasileira de Estireno Union Carbide; a Usina da Light; outras químicas - Cosipa, Carbocloro, Rhodia, Líquid Carbonic, na década de 1960; a Engeclor, a Solorrigo e a Engebasa na década de 1970. Dessa forma, o pólo petroquímico passou a ser o principal responsável pelo aumento da tonelage movimentada no porto de Santos para 16,5 milhões de toneladas no final da década de 1960, quando também começa a operar o terminal petrolífero do Porto de São Sebastião, e uma via navegável ao longo do canal de Piaçaguera como terminal marítimo da Cosipa e da Ultrafertil. Em 1973 foi inaugurado o complexo de armazéns graneleiros da Ponta da Praia, que viria se tornar o Corredor de Exportação (SÃO PAULO, 2010).

Com as crises econômicas das décadas de 1970, 1980 (petróleo e dívida pública), e estagnação da primeira metade da década de 1990, foram realizados poucos investimentos na região, a exceção do terminal de exportação de sucos da Cutrale e de uma unidade da Cargill (década de 1980). Em meados da década de 1990 começa a ocorrer a exploração pela iniciativa privada do Porto de Santos e um reaquecimento da economia dessa região.

Na década de 2000, está em curso um novo ciclo de expansão produtiva pela intensificação das atividades de petróleo e gás na bacia de Santos e na camada pré-sal, e das atividades portuárias de Santos e São Sebastião, com impactos para a RMBS e para o litoral norte.

Levantamentos apresentados pelo governo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2009 e 2010) dão conta que os investimentos em curso e previstos associados direta e indiretamente à indústria do petróleo e ao sistema portuário paulista, somam cerca de R\$ 160 bilhões. A maturação desses investimentos é estimada em cerca de vinte anos, com previsão de geração de 175 mil empregos, entre diretos e indiretos e temporários e permanentes.

Esses investimentos se referem principalmente a obras de ampliação e modernização dos portos de Santos e São Sebastião, a instalação e operação de unidade de tratamento de gás em Caraguatatuba, e implantação e ampliação de dutos e rodovias ligando essa região ao Vale do Paraíba, São Paulo e interior do estado.

Desse conjunto de projetos, alguns já estão em fase adiantada de construção, como é o caso da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba – UTGCA, localizada na Fazenda Serramar, projetada para processar cerca de 3 milhões de m³/d de gás extraído da plataforma de Mexilhão, e ser enviado por dutos em construção para Taubaté - GASTAU.

Para o Porto de São Sebastião, estão previstos investimentos de cerca de R\$ 2,5 bilhões para sua ampliação e modernização, e para a construção e ampliação de dutos e rodovias, e geração de 7.260 empregos (2.700 na obra, 4.560 na operação, 3.360 diretos, 3.900 indiretos). O movimento portuário já cresceu 38% de 2007 a 2009, como primeiro resultado de investimentos na infra-estrutura feitos naquele ano. Complementarmente, prevê-se a construção e ampliação dos sistemas rodoviário duto viários de acesso ao Porto de São Sebastião. Com esses projetos, o Governo do Estado pretende transformar São Sebastião em importante plataforma de escoamento do etanol brasileiro, plataforma logística na exploração das novas descobertas do campo de Tupi e do gás no campo do Mexilhão e ainda sirva como alternativa no Estado, sobretudo para cargas do Vale do Paraíba e interior paulista.

Os principais produtos de importação do Porto de São Sebastião são a barrilha, sulfato de sódio, malte, cevada, trigo, produtos siderúrgicos, máquinas e equipamentos,

bobinas de fio de aço e cargas gerais, e de exportação, são peças, máquinas e equipamentos, alimentos, produtos siderúrgicos, e veículos.

Uma das discussões em curso diz respeito aos impactos ambientais do porto sobre os manguezais do entorno, ainda que o projeto preveja a suspensão dos novos espaços do nível do mar de oito berços de atracação para grandes navios, sendo dois para navios de etanol, quatro para contêineres, e dois de multiuso. O projeto prevê ainda a ocupação de um milhão de m², incluindo área para estacionamento de caminhões e armazenamento de até 50 mil contêineres, objeto de acaloradas contendas entre governo e ambientalistas.

É possível assim identificar mudanças recentes expressivas na dinâmica social e econômica, especialmente nas regiões de Santos e do litoral norte paulista, obviamente com diferenças intra-regionais igualmente expressivas. Para essa análise, é possível comparar os dados do Produto Interno Bruto (PIB) municipal e estadual apresentados na Tabela 4. Fazemos a ressalva das limitações desse indicador, mais apropriado para se comparar regiões e países, perdendo qualidade conforme o nível de desagregação espacial. Mas, pode servir para se comparar municípios e regiões quanto à dinâmica econômica. Assim, identifica-se diferenças acentuadas na composição setorial do PIB, a exemplo de Cananéia produzindo 17% de sua riqueza na agropecuária e Cubatão com uma produção nula nesse setor, e a maior produção industrial da região (52%), que contrasta com Iguape (9,6%) e São Sebastião (6,3%).

Quando se compara os dados disponíveis para os últimos cinco anos, é possível identificar um crescimento médio anual dos municípios do litoral paulista superior à média do estado (7,8% e 5,1%, respectivamente). A soma de todos os municípios do litoral paulista para 2003 era de 4,1%, passando para 4,6% do total do estado em 2007. A menor taxa de crescimento desse período ficou com o Guarujá (0,8%), e a maior ficou com Santos (14%). Proporcionalmente ao número de habitantes, os maiores PIB per capita de 2007 ficaram com São Sebastião, Cubatão e Santos e, os menores ficaram com Cananéia, São Vicente e Itanhaem. Santos experimentou um rápido crescimento de seu PIB per capita (66%), mais que o dobro da média regional (26%).

A composição setorial da região do litoral apresenta uma distribuição diferenciada em relação à média estadual, e com composição estável ao longo desse período: 0,5% no setor agropecuário (1,2% do estado), 18% no setor industrial (25% do estado), e 36% no setor comercial (18% do estado). Existe uma expressiva e esperada heterogeneidade econômica intrarregional.

Quanto ao nível salarial, a indústria de Santos e Cubatão puxam a média regional, 15% superior à média do estado. A região revela ainda uma especialização produtiva nos setores de transportes marítimos, extração de petróleo e gás, pesca, e serviços ligados ao turismo de veraneio.

Com relação ao movimento regional de cargas e pessoas, há um predomínio é de modal rodoviário, respondendo por mais de 90% de todo o movimento estadual. Para o litoral, de norte a sul, esses movimentos se dão pelas Rodovias: Tamoios, Airton Sena, Dutra, Anchieta, Imigrantes, Rio-Santos, Piaçaguera-Guarujá, Manuel Hipólito do Rego, Paulo Rolim Loureiro, Rodoanel Mario Covas, Manuel da Nóbrega, e Regis Bitencourt. A maior parte dessa malha viária é operada sob concessão privada do governo do estado de São Paulo. (SÃO PAULO, 2009)

Essa malha viária atende além do movimento turístico, o transporte que sai dos portos de Santos e São Sebastião, sendo o primeiro o mais importante do país, respondendo por mais de 25% do comércio exterior (entre 2003 e 2007, apresentou um crescimento de seu movimento de 7,4%). O Porto de São Sebastião, principal porto de entrada de petróleo cru, diesel, gasolina e nafta no país, conta para tanto com o Terminal Almirante Barroso, operado pela Petrobras, e o cais operado pela Companhia Docas de São Sebastião, do governo do estado, cuja ampliação prevê o aumento de 527 mil toneladas para 27 milhões de ton/ano até 2035. Infelizmente a malha ferroviária não atende o litoral norte, se restringindo a Santos. Apesar de sua importância econômica, o litoral paulista como um todo não conta com sistema aeroportuário comercial.

Uma característica importante de uma rede urbana se expressa pela ocorrência de fluxos pendulares de pessoas, medido pelo IBGE, sendo que o último disponível refere-se ao Censo de 2000. Esse indicador é significativo para a região da baixada santista, que concentrou cerca de 7% de todos os fluxos do estado, ficando atrás da RMSP (70%) e da RMC (10%), e a frente da região de São José dos Campos (4%) e Sorocaba e Jundiaí (3% cada). (SÃO PAULO - FSEADE, 2008).

Sobre a dinâmica da rede urbana regional, ressalta-se que um grande desafio para municípios costeiros com fluxos turísticos expressivos, é lidar com o fenômeno da população flutuante que, muitas vezes chega a passar em tamanho a população fixa, dobrando o número de pessoas circulando pela região nas férias, exigindo investimentos e demandando custos de implementação e manutenção de infraestrutura e serviços públicos que na maior parte do ano fica ociosa.

A Tabela 5, com dados sobre domicílios particulares totais e de uso ocasional extraídos dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010, dá uma boa ideia da dimensão desse problema. Os municípios mais dependentes da atividade econômica do chamado “turismo de veraneio” são aqueles que apresentam o maior percentual de domicílios de uso ocasional, chegando a representar mais de 60% do total de domicílios. O caso específico de Bertioga é um bom exemplo desse fenômeno. Trata-se de um município que vem recebendo nas últimas décadas um grande número de empreendimentos do tipo condomínio fechado, sendo a Riviera de São Lourenço um exemplo desse tipo de

empreendimento. De outro lado, Santos e Cubatão apresentam percentuais de domicílios de uso ocasional bem baixos por se tratar de municípios cuja principal atividade econômica não está centrada no “turismo de segunda residência”.

Muitos desses municípios do litoral que hoje tem percentual de domicílios particulares de uso ocasional abaixo de 50% foram no passado áreas de turismo de segunda residência e mais recentemente receberam população migrante que tem se fixado na região. Uma hipótese desse trabalho é de que vem ocorrendo mudanças nas atividades econômicas de algumas dessas localidades, algumas com alcance regional, o que tem atraído outro perfil populacional que não somente o turista de veraneio e as pessoas que trabalham nessa atividade. Para nossa região de estudo, esse deve ser mais o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista e do Litoral Norte, e menos o do Litoral Sul.

Conclusão – como lidar com a vulnerabilidade e adaptação à mudança climática na zona costeira paulista?

Os estudos socioeconômicos indicam que as expressivas mudanças demográficas e econômicas em curso e previstas para as regiões da Baixada Santista e Litoral Norte deverão ter impactos significativos em termos de vulnerabilidade e adaptação dos grupos populacionais aos perigos decorrentes das mudanças climáticas.

Considerando os investimentos governamentais previstos, a Zona Costeira do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia poderá ser afetada pelas melhorias em curso e necessárias da Rodovia Regis Bitencourt, que liga as regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba.

Para a Região Metropolitana da Baixada Santista e o Litoral Norte, é possível identificar um processo em andamento de consolidação de áreas urbanas, diminuindo o espaço para os domicílios de uso ocasional e, portanto, promovendo uma diferenciação do tecido urbano. O crescimento econômico da atual década, associado aos investimentos públicos e privados, vem promovendo a ampliação do mercado de trabalho regional, para o caso do litoral norte relacionado não só mais concentradamente na ampliação do turismo, mas também de outras atividades econômicas. Esses movimentos são expressivamente menos intensos no Litoral Sul, e são mais visíveis na RMBS e também no Litoral Norte, sendo responsáveis por um processo de reconfiguração dessa rede urbana.

A questão principal que se pretende aprofundar na próxima etapa do projeto de pesquisa é analisar a capacidade dos municípios, em termos de estrutura financeira e ambiental para suportar esses novos desafios que estão sendo colocados, de um lado, de um crescimento demográfico, urbano e, conseqüentemente, de novas demandas sociais, e de outro, do agravamento de problemas socioambientais decorrentes da mudança climática e da intensificação da ocupação desses espaços.

Tabela 4. Indicadores da atividade econômica dos Municípios do Litoral Paulista, 2008.

Unidades territoriais	PIB (2008, em mil reais)*						No empre
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Imposto**	Total	Per capta	
Ubatuba	11.771	89.436	57.464	50.851	723.523	9,063	2
Caraguatatuba	5.224	127.292	696.840	89.730	919.086	9,716	3
Ilhabela	5.374	28.336	211.271	18.565	263.546	10,315	1
São Sebastião	8.990	170.645	2.502.107	1.995.545	4.677.287	64,750	2
Litoral Norte	31.359	415.709	3.467.682	2.154.691	5.932.442	29,605	10
Bertioga	3.818	62.486	433.455	43.186	542.946	12,643	1
Guarujá	23.467	691.860	2.147.410	358.475	3.221.211	10,587	7
Santos	3.398	3.130.515	8.024.458	13.456.034	24.614.406	58,954	23
Cubatão	135	3.389.942	1.954.156	1.158.709	6.502.941	50,923	2
São Vicente	5.695	319.154	1.948.420	185.478	2.458.747	7,484	7
Praia Grande	4.114	303.324	1.838.362	187.726	2.333.525	9,543	7
Itanhaém	12.180	90.770	556.972	50.632	710.554	8,264	2
Mongaguá	4.102	56.950	274.543	23.723	359.317	8,301	1
Peruibe	12.336	69.493	415.305	38.200	535.333	9,367	1
Baixada Santista	69.245	8.114.494	17.593.081	15.502.163	41.278.980	24,989	54
Iguape	29.789	21.066	159.019	10.367	220.241	7,246	1
Ilha Comprida	1.780	10.772	70.651	4.154	87.356	8,930	1
Cananéia	15.351	9.355	63.263	4.213	92.182	7,448	1
Litoral Sul	46.920	41.193	292.933	18.734	399.779	7,607	1
Total Litoral de São Paulo	147.524	8.571.396	21.353.696	17.675.588	47.611.201	24,995	65
Estado de São Paulo	11.973.000	244.023.000	570.584.000	176.436.000	1.003.016.000	24,457	1.391
Brasil	152.273.000	719.987.000	872.260.000	451.754.490	3.031.864.490	15,961	4.077

Obs. *PIB: Produto Interno Bruto - valor adicionado bruto a preço básico corrente, segundo setores da atividade econômica e sobre a atividade econômica ("impostos sobre produtos líquidos de subsídios").

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE e da FSEADE (últimos dados disponíveis, referentes ao ano de 2008).

Tabela 5. Domicílios particulares de uso ocasional no litoral paulista em 2010.

Município	Censo de 2000				Censo de 2010			
	Total de domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional	Total de domicílios particulares não-ocupados vagos	Total de domicílios particulares	Porcentagem de domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional	Total de domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional	Total de domicílios particulares não-ocupados vagos	Total de domicílios particulares	Porcentagem de domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional
Ubatuba	23997	3597	46057	52,10	30.036	4.538	59.705	
Caraguatatuba	24795	4857	51972	47,57	27.902	4.680	64.578	
Ilhabela	3146	761	9714	32,08	4.130	1.366	14.540	
São Sebastião	13713	2710	32792	41,48	16.628	2.777	43.013	
Bertioga	15691	1497	26054	60,01	27.878	2.263	44.725	
Guarujá	44981	8138	126452	35,55	46.347	5.997	137.453	
Santos	20816	16995	170252	12,21	20.070	12.033	176.905	
Cubatão	313	2999	33663	0,93	219	2.144	38.873	
São Vicente	14454	11967	111171	12,99	11.604	8.969	122.391	
Praia Grande	93275	11728	160133	58,19	104.912	11.491	199.947	
Itanhaém	26752	3511	50877	52,51	34.857	3.821	67.077	
Mongaguá	21183	2055	33103	63,91	25.327	1.854	41.783	
Peruíbe	15049	2424	32007	46,89	17.732	3.012	40.055	
Iguape	2826	1416	11585	24,16	3.466	1.856	14.426	
Ilha Comprida	3894	144	6007	64,00	6.834	702	10.662	
Cananéia	971	404	4474	21,47	1.363	495	5.551	
Estado de São Paulo					901.351	1.112.905	14.856.875	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados dos primeiros resultados do Censo 2010, IBGE.

Referências

CALIPPO, F. R. Os sambaquis submersos de Cananéia: um estudo de caso de arqueologia subaquática. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados. Brasília; IPEA; 2009. 30 p. tab, graf. (IPEA - Texto para discussão, 1426).

FOLHA DE SÃO PAULO. Antiga "terra da farofa", Praia Grande (SP) tem apartamento de até R\$ 2,8 mi. Cotidiano, 27 de dezembro de 2010.

FUNDAÇÃO SEADE (2010). Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php>. Acesso em mar. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Rio de Janeiro: 2008.

_____. Censos Demográficos de 2000 e 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: 2000.

_____. Regiões de influência de cidades – 2008. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>. Acesso em ago. 2010.

LANNA, A. L. D. Uma cidade na transição: Santos, 1870/1913. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

LÖFGREN, A, 1893. Os sambaquis de S. Paulo. **Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo**, São Paulo, **9**: 1-91. (p.13)

MIRANDA, Z.A.I. Uma contribuição da economia ecológica aos estudos sobre dimensões humanas das mudanças climáticas globais. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu – Brasil, 2010.

RAVENSTEIN, E. G. As leis de migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e Estatística – FSEADE: PIB Municipal, 2000 a 2008.

_____. - FSEADE. Relatório sobre a Urbanização Dispersa e Mudanças no Tecido Urbano. 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - CPLA. Zoneamento Ecológico-Econômico - Litoral Norte São Paulo / Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. - São Paulo: SMA/CPLA, 2005.

_____. - CPLA. Avaliação Ambiental Estratégica – AAE Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore no Litoral Paulista: Relatório Parcial, Frente I, março de 2010.

_____. - CPLA. Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista - 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Transportes. Balanço anual de 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte - 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana da Baixada Santista– PMDI - 2002.

SANTOS, A.P.R. Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista : mobilidade populacional e diversidade socioespacial. Dissertação (mestrado). UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Demografia. 2008

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SOUZA, C. D. C. Planejamento Urbano e Políticas Públicas em Projetos de Requalificação de Áreas Portuárias: porto de Santos - desafio deste novo século. 2006. 207p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ⁱ Este trabalho se insere no âmbito do projeto “*Urban Growth, Vulnerability and Adaptation: social and ecological dimensions of climate change on the Coast of São Paulo*” (FAPESP Program on Global Climate Change, Processo 2008/58159-7).

ⁱⁱ Callipo (2004) ao estudar os *sambaquis* subaquáticos em Cananéia mostra, de certa forma, os milhares de anos de lida dos grupos humanos com as variações relativas do nível do mar no litoral de São Paulo.

ⁱⁱⁱ Conhecida como cidade destinada a classes mais populares, o perfil de Praia Grande tem sido alterado com a construção de grandes empreendimentos imobiliários. Ver FOLHA DE SÃO PAULO, 2010.